

ESPAÇOS DE LAZER, MEIO AMBIENTE E INFÂNCIA: RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO CIDADÃO URBANO

Simone Rechia¹

Universidade Federal do Paraná
Paraná - Brasil

Iverson Ladewig²

Universidade Federal do Paraná
Paraná - Brasil

RESUMO: A sociedade em que vivemos, é configurada por características pós-industriais com destaque aos avanços tecnológicos e seus desdobramentos, os quais levaram a sensíveis transformações sociais e ambientais. Os reflexos dessas transformações estão em diferentes dimensões da vida humana, aqui especificamente, abordamos as influências de tais problemas no tempo/espaço de lazer no meio urbano para a fruição da cultura lúdica. O foco central dessa discussão foi apontar que existe uma conexão entre cultura lúdica infantil, lazer e meio ambiente, e que um desequilíbrio nesse tripé poderá alterar a nossa relação com o meio social e natural gerando falta de valorização pelos recursos naturais do planeta nas grandes cidades.

Palavras-chave: Lazer. Meio ambiente. Cidade. Espaços. Práticas corporais. Cultura lúdica.

LEISURE SPACES, ENVIRONMENT AND CHILDHOOD: RELATIONSHIP BETWEEN SOCIAL AND ENVIRONMENTAL SUSTENTABILITY FOR A TOTAL CITIZENSHIP DEVELOPMENT

ABSTRACT: The society that we living in have postindustrial characteristics, mainly due to technological development that in turn brought great social and environmental transformations. The reflexes of these transformations can be seeing at different dimensions of people's life, such as the lack of time and space dedicated to leisure activities, in order to increase awareness of the leisure culture. The main focus here was to indicate a connection between children's leisure activities, playfulness and the environment, pointing out that any unbalanced distribution between this three variables, will alter the relationship between social and natural environment, decreasing the importance of the natural resources of our cities around the planet.

Keywords: Leisure. Environment. Cities. Playful culture. Body awareness. Exercise.

LOS ESPACIOS DE OCIO, MEDIO AMBIENTE Y DE LA INFANCIA: RELACIÓN ENTRE LA SOSTENIBILIDAD SOCIAL

¹Professora Doutora do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do GEPLC- Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade. Presidente do CBCE- Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (gestão 2013/2015).

² Professor Doutor do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Y AMBIENTAL PARA EL DESARROLLO INTEGRAL DE LOS CIUDADANOS URBANOS

RESUMEN: La sociedad en que vivimos está determinada por las características post-industriales, con énfasis en los avances tecnológicos y sus consecuencias, lo que han llevado a lossensibles cambios sociales y ambientales. Las consecuencias de estos cambios están en diferentes dimensiones de la vida humana, aquí en específico, se discuten las influencias de este tipo de problemas en el espacio / tiempo libre en las zonas urbanas para el disfrute de la cultura. El foco central de esta discusión fue señalar que hay una conexión entre la cultura de los juegos infantiles, el ocio y el medio ambiente, y que un desequilibrio en este trípode puede cambiar nuestra relación con el entorno social y natural que genera la falta de reconocimiento por los recursos naturales del planeta en las grandes ciudades.

Palabras-clave: Ocio. Medio ambiente. La ciudad. El espacio. Las prácticas corporales. Cultura lúdica.

Introdução

A sociedade em que vivemos é configurada por características pós-industriais, com destaque aos avanços tecnológicos e seus desdobramentos, os quais levaram a sensíveis transformações sociais, entre elas uma acentuada transformação do meio urbano – em que ruas são transformadas em avenidas, grandes casarões em shoppings, jardins em estacionamentos, casas em prédios, espaços da convivência em praças de alimentação, brincadeiras na rua pelas novas tecnologias, encontro real pelo virtual, natureza pelo concreto, parques e praças pelos playgrounds em condomínios fechados, infância pela vida adulta, lazer pelo trabalho – entre outras inúmeras transformações, as quais têm gerado grandes problemas de sustentabilidade ambiental e social. Para Tonucci (1997),

Todo ha cambiado en el curso de pocas décadas. Ha habido una transformación tremenda, rápida, total, como nunca antes se viera en nuestra sociedad, al menos en ningún documento de la historia escrita. Por una parte la ciudad ha perdido sus características, se ha vuelto peligrosa y hostil; por otra han surgido los verdes, los ecologistas, los defensores de los animales, reivindicando el verde y el bosque. [...] En las últimas décadas, y de manera clamorosa en los últimos cincuenta años, la ciudad, nacida como lugar de encuentro y de intercambio, ha descubierto el valor comercial del espacio y ha trastornado todos los conceptos de equilibrio, de bienestar y de convivencia, para cultivar sólo programas a fin de obtener beneficios. (p.22)

Os reflexos dessas transformações estão em diferentes dimensões da vida humana. Aqui especificamente, vamos abordar as influências de tais problemas no tempo/espço de lazer no meio urbano para a fruição da cultura lúdica, e consequentemente para um pleno desenvolvimento cidadão.

Vale ressaltar, que compreendemos o Lazer como um fenômeno sociocultural, amplo e complexo, historicamente mutável, central para a análise da sociedade, o qual envolve questões identitárias, políticas e de sociabilidade dos sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual, o que implica na análise de três polos distintos, porém complementares. São eles: espaço, tempo e ludicidade.

Desta maneira, o foco central da discussão será apontar que existe uma conexão entre cultura lúdica infantil, lazer e meio ambiente, e que um desequilíbrio nesse tripé – e também uma falta de valorização pelos recursos naturais do planeta – poderá alterar a nossa relação sustentável com o meio social e natural nas grandes cidades. Nessa direção, o conceito de Sustentabilidade Ambiental, tal como aplicado às cidades, é amplo. Para Ghel (2013):

O consumo de energia e as emissões dos edifícios são apenas uma das suas preocupações. Outros fatores cruciais são a atividade industrial, o fornecimento de energia e o gerenciamento de água, esgoto e transporte. Transporte é um item particularmente relevante na contabilidade verde, porque é responsável por um consumo massivo de energia, pelas consequentes emissões de carbono e pela pesada poluição. (p. 105)

Já Sustentabilidade Social para o referido autor, é um conceito também amplo e desafiador, pois

Parte do seu foco é dar aos vários grupos da sociedade oportunidades iguais de acesso ao espaço público e também de se movimentar pela cidade [...] também tem uma importante dimensão democrática que prioriza acessos iguais para que encontremos “outras pessoas” no espaço público. Um pré-requisito geral é um espaço público bem acessível, convidativo, que sirva como cenário atraente para encontros organizados ou informais (*Idem*).

Desta forma, o discurso da sustentabilidade admite várias interpretações que correspondem a visões, interesses e estratégias alternativas de desenvolvimento. LEFF (2001, p.319) pondera que, por um lado, “as políticas neoliberais estão levando a capitalizar a natureza, a ética e a cultura”. Por outro, “os princípios de racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, fundados na (re)apropriação da natureza, na (re)significação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores do humanismo”.

Para se alcançar um razoável equilíbrio entre essas dimensões, o planejamento urbano das cidades deve avançar e extrapolar a ideia de apenas construir estruturas físicas. Para GEHL (2013), se o desafio é reinventar as cidades para que funcionem, os esforços devem concentrar-se em todos os aspectos, “do ambiente físico e das instituições sociais aos aspectos culturais menos óbvios, que contemplam a forma como percebemos os bairros individuais e as sociedades urbanas” (p.105). Acreditamos que investir na potência da ludicidade, como um aspecto da cultura vivenciada em ambientes

naturais preservados no meio urbano, possa ser uma saída para essa complexa relação entre (re)apropriação da natureza, (re)significação das identidades individuais e coletivas e valores do humanismo” (LEFF, 2001).

Para reforçar essa ideia de uma cidade mais humana, Lerner (2013 *apud* GEHL, 2013), no prólogo à edição brasileira do livro *Cidade Para as Pessoas*, salienta que “se a vida, como disse Vinicius de Moraes, é a arte do encontro, a cidade é o cenário desse encontro – encontro das pessoas, espaço de trocas que alimentam a centelha criativa do gênio humano”. Encontro deve se traduzir em qualquer momento de convivência com a cidade, seja no trabalho, no transporte e também no lazer. Se alteramos as possibilidades desses encontros e deixamos em segundo plano a dimensão humana e cultural, essência do fenômeno lazer, nos distanciamos de nós mesmos, do outro, da natureza e da busca por uma cidade melhor para todos. Afirmamos isto baseados na ideia de Ghel (2013) de que existe uma conexão direta entre a oferta de melhorias para a vida das pessoas e os comportamentos coletivos para se obter cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Este autor salienta:

A cidade viva tenta se contrapor à propensão das pessoas para se retirarem dos condomínios fechados e promover a ideia de uma cidade acessível, atraente para todos os grupos da sociedade. A cidade é vista como a que atende a uma função democrática onde as pessoas encontram diversidade social e compreendem mais o outro, por meio do compartilhamento do mesmo espaço urbano. O conceito de sustentabilidade também implica pensar nas gerações futuras. Também elas devem ser consideradas como comunidade em um mundo cada vez mais urbanizado. A cidade deve ser inclusiva, com espaços para todos.

E apostar em “cidades vivas” depende de um olhar mais aprofundado sobre alguns cenários brasileiros. Gostaríamos de destacar que os princípios da racionalidade ambiental apontados por LEFF (2001) podem ser levemente sentidos no planejamento urbano da cidade de Curitiba, tornando-a referência nas discussões ambientais brasileiras, uma vez que certas intervenções urbanísticas se inserem dentro de uma proposta que associa “cidade/homem/natureza”, porém em processo de ajustes no que se refere aos espaços destinados às crianças.

Meio ambiente urbano e os espaços de lazer: possibilidades para viver em uma “cidade viva”

Para Lefebvre (1991, p. 77-98), meio urbano é o ponto de intersecção entre os níveis *global* (representado pelo poder do Estado e dos homens), *misto* (que seria o nível urbano representado pela cidade) e o *particular* (onde se estabelecem as relações entre o habitat e o habitar do indivíduo). A partir desse conjunto de ações e atores sociais podemos perceber o espaço, como “projeção das relações sociais”.

Infere-se que a limitação do espaço gerada pelas transformações ambientais e sociais do meio urbano, apontadas no tópico anterior, geraram uma redução dos espaços de lazer, especialmente ligados às práticas corporais, principalmente para crianças, as quais foram aos poucos se deslocando das ruas e quintais e se consolidando em espaços públicos/ou privados de baixa qualidade, limitados, pré-determinados, com pouca diversidade e quantidade de oportunidades. Tais fatos, podem fragilizar as “projeções das relações sociais” analisadas por Lefebvre.

Autores já citados, que analisam a constituição dos espaços urbanos ressaltam o desafio que é se viver nas grandes cidades, o qual é gerado pela complexidade dos fatores sociais, econômicos, ambientais e políticos que se entrelaçam cotidianamente e tencionam nossas vidas.

O meio urbano estaria, então, para alguns, mais voltado às trocas financeiras e econômicas, porém muitos sujeitos que vivem nesses centros reivindicam outras demandas de uma cidade, como por exemplo, uma vida com mais qualidade, uma “cidade viva”. Vale ressaltar que vida de qualidade, requer que aspectos objetivos e subjetivos do cotidiano sejam atendidos. Entendemos como aspectos objetivos a moradia adequada, educação, saúde, trabalho, mobilidade urbana, espaços e equipamentos de lazer, etc. E como aspectos subjetivos, o sentimento de segurança e pertencimento, possibilidades de diversão, o consumo, reinvenção e produção da cultura, respeito a diversidade, a inclusão, a sociabilidade, entre outras subjetividades.

No entanto, vivemos em cidades com profundas diferenças econômicas, culturais e educacionais, tornando a efetivação desses aspectos possível somente para alguns, geralmente aqueles que podem pagar. Nessa perspectiva para Lefebvre (1991), a sociedade atual chegou a um caos que exige a análise efetiva das necessidades que estão além dos imperativos econômicos, das normas e dos valores sociais. Podemos supor portanto, que a crise ambiental e social vivida hoje nos centros urbanos, sustenta-se em níveis diferenciados, resultado de uma série de processos que trazem consigo consequências gravíssimas, entre elas doenças psicossomáticas, violência, solidão, consumo exacerbado, a lógica do descarte de pessoas e produtos, a miséria, o desperdício e outros males urbanos. De acordo com Touraine (1998), a partir dessas questões, as cidades, há muito tempo, estão em um processo de desintegração, porém, mesmo diante desse cenário, e considerando que na atualidade a maior parte da população mundial vive em cidades, acreditamos que de certa forma, estas ainda mantêm ambientes propícios para restabelecer e superar esse processo. Porque a cidade muitas vezes é caótica, mas pode também ser viva, a partir de espaços de encontro e sociabilidade. Mas, por onde começar? Apostando na formação da criança para o desenvolvimento integral do cidadão, pois uma infância mais plena pode garantir uma vida adulta também mais plena e consciente no meio urbano.

Do desenvolvimento da criança para o desenvolvimento do estilo de vida do cidadão urbano

Diante desse contexto, os parques públicos nas grandes metrópoles passam a ser, na sociedade moderna, espaço privilegiado para que as crianças possam experimentar a dimensão lúdica e vivenciá-la durante toda a sua vida. Esta afirmação se fundamenta em pesquisas coordenadas pelo GEPLC/UFPR – Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Lazer e Cidade, da Universidade Federal do Paraná.

As pesquisas desenvolvidas por esse coletivo buscam apresentar a realidade com o intuito de levar à reflexão sobre determinados fenômenos sociais. A ênfase desses estudos está nas formas de apropriação dos espaços públicos de lazer da cidade de Curitiba, por diferentes atores sociais. Trata-se, portanto, de investigações no âmbito social. Pautam-se em uma abordagem qualitativa, fundamentalmente empírica. Considerando o exposto, esse estilo de pesquisa tem como característica central a descrição e o esforço intelectual necessário para interpretar códigos, entender as estruturas e significações.

Os instrumentos metodológicos³ utilizados são preferencialmente: (1) aplicação do protocolo⁴ de análise descritiva dos parques de Curitiba; (2) observação⁵ das formas de apropriação dos espaços; (3) entrevistas⁶ com atores sociais⁷; e (4) análise interpretativa, utilizando a triangulação dos dados coletados.

A partir dos resultados dessas pesquisas, foi possível perceber que os espaços destinados às crianças nos parques da cidade de Curitiba, apresentam fragilidades, em termos de oferta de espaços e equipamentos conectados à natureza que possibilitem a vivência livre da cultura corporal do movimento aprendida e, conseqüentemente, a ampliação das experiências motoras, ou seja, da cultura lúdica, necessária para uma vida de qualidade de gerações futuras, no meio urbano.

Entre esses estudos está o de MORO (2012) que objetivou diagnosticar as formas de organização e infraestrutura das áreas destinadas às crianças, presentes nos

³ A metodologia dessa pesquisa foi inspirada em Rechia (2003).

⁴ Desenvolvido pelo GEPLC no ano de 2004 e desde então vem sendo utilizado em diferentes pesquisas. Analisa a constituição do espaço, seus objetivos, a acessibilidade, condição do local e dos equipamentos, qualidade ambiental e das instalações, além da descrição densa desses espaços. Paralelamente a estas visitas são realizados registros fotográficos.

⁵ As observações são realizadas de forma assistemática em diferentes espaços públicos da cidade de Curitiba, desde 2000.

⁶ As entrevistas são do tipo semiestruturadas. Este estilo de pesquisa segundo Laville e Dionne (1999), tem como característica uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento e o entrevistado pode exprimir opiniões sobre temas diversificados.

⁷ Os entrevistados são: gestores responsáveis pelo planejamento dos parques e praças e representantes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Curitiba, frequentadores, professores, pais, líderes comunitários, entre outros.

parques públicos da cidade de Curitiba. Os resultados dessa pesquisa identificaram um conjunto de obstáculos referentes à organização e à infraestrutura de tais espaços, apontando a urgência em garantir a população infantil espaços de qualidade, os quais contemplem segurança, manutenção, acessibilidade, diversidade de espaços e equipamentos, entre outros fatores.

Ao verificarmos os resultados desses dados e sustentados teoricamente em Tuan (1983) – para quem o espaço aberto e livre “representa liberdade, diversidade de possibilidades, convite a apropriação e a ação” (p.3) e que ao ser apropriado a partir de experiências significativas é transformado em “lugar, dotado de significado, tornando-se parte do sujeito, gerando sentido de segurança e representatividade” (*idem*) – acreditamos que investir em espaços públicos tais como praças, bosques e parques é apostar na transformação de espaços abertos e inseguros em lugares sustentáveis ambiental e socialmente para gerações futuras, pressuposto básico quando se fala em sustentabilidade, além de possibilitar uma vida de qualidade da infância ao envelhecimento.

Quanto discutimos questões de ordem sociológica referentes ao processo de desenvolvimento social e ambiental ao longo da vida, não podemos deixar de contemplar aspectos ligados às diferentes dimensões do conhecimento, nessa trajetória. Para LEFF (2007, p.11)

“O mundo em que vivemos foi se tornando cada vez mais complexo como resultado da aplicação do conhecimento produzido ao longo da História. Dito isso, penso que a complexidade ambiental não é ecologização do mundo, nem é apenas a incorporação da incerteza, do caos e da possibilidade na ordem da natureza, como colocou Prigoginél. Ela é o entrelaçamento da ordem física, biológica e cultural; a hibridação entre a economia, a tecnologia e a vida. É o reconhecimento da *outridade* e de sentidos culturais diferenciados, não só como uma ética, mas como uma ontologia do ser, plural e diverso. Aprender a complexidade ambiental implica um processo de construção coletiva do saber, no qual cada pessoa aprende a partir do seu ser particular” (p.11).

Portanto, inspirados no referido autor abordaremos de forma conjunta e (co)relacionada aspectos das ciências naturais e sociais, por considerá-los complementares. Nessa direção, ao analisarmos o desenvolvimento motor e suas fases para aquisição dos movimentos, vemos que a infância é o período mais crítico, caracterizando-se como a fase fundamental (GALLAHUE, OZMUN e GOODWAY, 2013), onde as crianças começam a aprender habilidades básicas (andar, correr, saltar, arremessar, etc.), conseqüentemente, interagindo muito com o meio ambiente, e é justamente nesse momento que a cidade deve estar preparada para atendê-las .

Para Sayre e Gallagher (2000), a infância é compreendida como o período que vai do nascimento até os 12 anos de vida. Segundo Gallahue, Ozmun e Goodway (2013), é neste período que toda criança adquire o seu repertório motor, iniciando pelas

habilidades básicas, refinando-as ao longo dos anos, até atingir um nível elevado de habilidade motora, que poderá ser utilizado durante toda a vida.

Segundo o modelo destes autores, uma criança passa por quatro fases do desenvolvimento motor, durante o período da infância: a primeira fase, chamada de Reflexiva, vai dos últimos 4 meses de gestação até o primeiro ano de vida; a segunda fase, chamada de Rudimentar, vai do meio do primeiro ano até por volta dos 3 anos de idade; a terceira fase, chamada de Fundamental ou Básica, vai dos 3 anos até aproximadamente os 7 anos de idade; e finalmente, a quarta fase, que é chamada de Especializada, que se inicia por volta dos 7 anos e segue até aproximadamente 14 anos de idade. Vale ressaltar aqui que estas fases são dinâmicas, sobrepondo-se, ou seja, não é um período fechado, exato, podendo haver variações no desenvolvimento de uma criança de acordo com os aspectos genéticos e também, conforme sua interação com o meio e a variedade de experiências motoras que passa ao longo dos anos.

Salientamos que essa variedade de experiências e a interação com o meio nessas fases da vida, podem gerar uma ampliação da cultura lúdica na infância. Brougère (1998), nos diz que a dimensão lúdica de uma atividade que está exatamente no “como” se está brincando. Um brinquedo ou um parque infantil, não é um objeto lúdico simplesmente por suas formas ou cores, mas será lúdico a partir do momento que alguma criança utilizá-lo amplamente em suas brincadeiras.

Portanto, a cultura lúdica para Brougère (1998, p.124), é “composta de um certo número de esquemas que permitem iniciar a brincadeira, já que se trata de produzir uma realidade diferente daquela da vida cotidiana”. Apostar em equipamentos infantis na natureza, seria possibilitar uma série de experiências no âmbito do brincar, que acumuladas, podem ficar registradas na memória afetiva das crianças, fazendo-as valorizar e preservar ambientes naturais.

Vale ressaltar, que as experiências do brincar, estão em constante processo de transformação, em termos de diversidade e quantidade de conteúdo, as quais se modificam e se (re)significam durante toda a vida. Isso acontece pela proximidade que a cultura lúdica tem com cultura geral, sofrendo influências e servindo de parâmetro para o desenvolvimento humano, pois é produzida com outras pessoas, com objetos, e em diferentes tempos, locais e situações.

Dessa maneira, a “cultura lúdica como toda cultura é o produto da interação social.” (BROUGÈRE, 1998, p. 27), isso quer dizer, que o enriquecimento da cultura lúdica não se dá somente por interações com objetos, mas principalmente com o ambiente em que estamos inseridos. Assim, quando um contexto muda, que pode ser pelo desenvolvimento maturacional da criança, ou pela mudança de residência entre locais de cultura bastante distintas, ou até mesmo pela mudança do espaço onde a brincadeira acontece, as brincadeiras também mudam, pois a brincadeira faz parte de uma representação da realidade cultural da criança.

É nesse sentido que reforçamos a ideia de que a cidade precisa oferecer espaços de lazer na natureza para que essas experiências lúdicas sejam potencializadas e vivenciadas em ambientes diversos, pois por volta dos 15 meses em média (SAYRE e GALLAGHER, 2000; GALLAHUE, OSMUN e GOODWAY, 2013), a criança começa a interagir com o meio ambiente de forma direta, locomovendo-se através do rolamento, passando para o engatinhar, começando a caminhar apoiando-se em objetos e finalmente, caminhando sem auxílio. A partir daí é uma viagem sem retorno, rumo à exploração de um mundo totalmente novo e interativo. E dependendo do meio em que esta criança vive, principalmente do modo que os adultos irão incentivá-la a explorar este novo mundo, poderá adquirir níveis muito elevados de habilidade motora, os quais poderão ser aplicados nas atividades do dia a dia e nas atividades lúdicas (GALLAHUE, OSMUN e GOODWAY, 2013).

Para Gehl (2013, p. 118), “se as atividades básicas, ligadas aos sentidos e ao aparelho motor humano, puderem ocorrer em boas condições, outras atividades relacionadas à vida deverão se desdobrar em todas as combinações possíveis na dimensão humana”.

Assim, tendo em vista estas definições, podemos notar que a aquisição das habilidades motoras, teoricamente é “relativamente simples”, a partir do momento que a criança tem a liberdade e o incentivo do meio em que vive para aprender a movimentar-se e explorar o mundo ao seu redor. Entretanto, o que temos notado nas últimas décadas, é totalmente o contrário, um meio ambiente que está proporcionando cada vez menos oportunidades motoras, devido às transformações sociais radicais que a sociedade tem passado. Só para ilustrar, em tempos passados os filhos eram educados e cuidados pelos pais, mas em 2001, as pesquisas já apontavam, segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro, que 27% dos lares eram comandados por mulheres (IBGE, 2001). Mais recentemente (PNAD/IBGE, 2009) esse valor saltou para 35%. Deste modo, pode-se concluir que a mulher está trabalhando mais tempo fora de casa, conseqüentemente, deixando seus filhos aos cuidados da escola ou de cuidadores, na própria casa, inibindo o acesso dessas crianças a outros espaços da cidade, como parques, bosques e ruas, para experimentar a cultura lúdica de forma livre e criativa.

Quando consideramos esta situação e adicionamos o problema da falta de segurança, o qual impede, em parte, a liberdade das crianças de saírem de casa para brincar, sem supervisão de um adulto, não necessitamos de dados específicos para observar que hoje, a melhor maneira de manter as crianças seguras é através da utilização da “babá eletrônica”: uma televisão, um *tablet* ou um vídeo game. O avanço tecnológico tem proporcionado isso, mantendo crianças em casa, deixando-as mais seguras, “sãs e salvas”. Por outro lado, este falso senso de segurança tem trazido sérios problemas de saúde para as mesmas. Segundo o PNAD/IBGE (2009), os casos de obesidade infantil (5 a 9 anos de idade) mais do que quadruplicaram nos últimos 20 anos,

chegando aos 16,6% para os meninos e 11,8% para as meninas. Com certeza, estes dados hoje são maiores.

Uma pesquisa realizada com 825 crianças entre 7 e 17 anos, de ambos os sexos, da cidade de Curitiba (GOMIDE, 2002), concluiu que estas passaram 26,4 horas, em média na semana, assistindo TV. Isso representa quase 4 horas diárias, em média, estáticas, vivenciando a dimensão lúdica de forma limitada. Na mesma linha, um estudo de Hancox, Milne e Poulton (2004), que acompanhou o desenvolvimento de 980 crianças a cada 2 anos, até completarem 21 anos de idade, verificou que 17% dos casos de excesso de peso nestes sujeitos era consequência do consumo de TV na infância. Os autores constataram uma relação positiva entre o ato de assistir TV e o IMC (índice de massa corporal), ou seja, quanto maior o tempo que as crianças e jovens de 5 a 15 anos passavam assistindo TV, maior o IMC, um ótimo indicador da obesidade e suas relações com problemas da saúde.

Deste modo, o que podemos observar é uma relação direta entre estilo de vida, obesidade e falta de práticas corporais cotidianas das crianças, repercutindo em uma falta de habilidade motora e, conseqüentemente, a entrada em um círculo vicioso: a criança não faz atividade motora, ganha peso, compromete sua saúde global, que por consequência, faz com que ela não tenha prazer em realizar práticas corporais lúdicas, fragilizando sua relação com o meio social e ambiental.

Apesar dos dados de ambas as pesquisas apontarem a TV como um dos fatores responsáveis pela obesidade, acreditamos que nos últimos anos os vídeos games, celulares e *tablets* também têm uma grande parcela de “culpa” no aumento de problemas de saúde de crianças, jovens e adultos. Importante ressaltar aqui, que não somos totalmente contra a internet, *tablets* e os jogos de vídeo game. Pelo contrário, estes meios oferecem grandes oportunidades para o aprendizado cognitivo, já que existem ótimos conteúdos na internet a serem explorados, como também existem vários jogos didáticos que podem contribuir positivamente para o aumento da base de conhecimento das crianças e adolescentes.

Entretanto, questionamos o excesso de tempo das crianças envolvidas com as novas tecnologias que, aliadas a hábitos alimentares duvidosos, como excesso ou falta de qualidade da alimentação, reforçam a falta de motivação para realizar práticas corporais. A solução é complexa, mas necessária, ou seja, as crianças podem continuar a assistir TV ou usar as novas tecnologias, porém, os adultos devem supervisionar, orientar, sugerir, indicar, educar para que haja uma ampliação de escolhas, oportunidades, espaços e tempos do brincar na infância, com reflexos positivos em outras fases da vida.

Para Ghel (2013), a interação entre saúde e urbanismo é um tópico amplo, pois inúmeras mudanças na sociedade levaram a novos desafios nessas áreas. “[...] criamos um modelo no qual muitos indivíduos não têm a oportunidade natural de exercitar o corpo e gastar energia diariamente” (p. 111). Ele ressalta que,

Nos últimos dez anos, os problemas de saúde relacionados a estilo de vida atingiram outras partes do mundo com economias e sociedades similares. A questão da obesidade alastrou-se pelo Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e surge em ritmo crescente em outras áreas como América Central, Europa e Oriente Médio. No reino Unido, a obesidade atinge cerca de um quarto da população adulta, um terço no México e na Arábia Saudita. (*Idem*)

O autor também afirma que o preço da falta das práticas corporais como parte da vida cotidiana é alto, pois gera a “diminuição da qualidade de vida, um dramático aumento nos custos da saúde e uma menor expectativa de vida” (p.111). Para ele, uma resposta lógica e valiosa para esses novos desafios, seria o poder público “proporcionar oportunidades para exercícios físicos e para algum tipo de auto expressão” (p.112). E aqui apontamos que investir em parques públicos com equipamentos infantis pensados e planejados, a partir de estudos e pesquisas, pode ser uma saída a essa complicada crise ambiental e social. O ponto central é relativamente simples: as cidades devem propiciar espaços lúdicos, em boas condições, para que as crianças caminhem, corram, porem, sentem-se, olhem, falem, ouçam, sintam a relação com a natureza e tornem-se adultos mais ágeis, motivados e inteirados com o meio em que vivem, e claro, em um ambiente saudável e sustentável. Para Borja (2005):

Los niños son sujetos de derechos, desde su nacimiento, y gozan de los mismos derechos que el resto de los ciudadanos. Merecen protección, apoyo y tutela en algunos supuestos, pero nunca discriminación. [...] requieran equipamientos, espacios públicos y servicios específicos, pero no necesariamente separados del resto: hay que contar con ellos en la formulación de programas e todo tipo. (p. 252)

Aqui apontamos que esses compromissos passam por um planejamento urbano que contemple espaços de lazer qualificados, cujos equipamentos voltados à infância possibilitem ampla vivência da cultura onde se está inserido, e conseqüentemente a manutenção e produção da cultura lúdica ligada ao meio ambiente.

Parques brincantes: espaços de lazer na natureza para as crianças

As pesquisas do GEPLC apontam que, hoje Curitiba conta com 33 parques (de acordo com a SMMA⁸), mas que os espaços destinados às crianças nesses ambientes, não oferecem qualidade e diversidade (MORO, 2012). Estão quase sempre esvaziados, carentes de ações mais concretas por parte do poder público. Tal pesquisa observou que dos 11 espaços infantis encontrados, todos são compostos pelo mesmo desenho arquitetônico, mesmo modelo de organização e estrutura física. O modelo adotado é constituído por brinquedos tradicionais (geralmente o “trio de ferro”: balança,

⁸ <http://www.curitiba.pr.gov.br/secretarias/equipamentos/meio-ambiente/8/26>

escorregador e trepa-trepa, pintados de azul, amarelo e vermelho), sem diversidade de desafios, texturas e materiais, instalados em local pouco arborizado, em espaços reduzidos e com pouca manutenção e segurança. Acreditamos que essa situação pode ser alterada a partir de políticas públicas mais efetivas, que busquem rever esse modelo, os equipamentos infantis, qualificar os ambientes, administrar de forma conjunta com a comunidade, tendo como meta um equilíbrio entre oferta e demanda, preservação e manutenção, educação e desenvolvimento, lazer e natureza, práticas corporais e ludicidade, entre outras questões imprescindíveis para o desenvolvimento infantil, apontadas nesses estudos.

Segundo as pesquisas do GEPLC, os espaços de lazer das cidades, especialmente os parques, e especificamente, os espaços destinados às crianças devem contemplar brinquedos que possibilitem desafios e desenvolvimento da cultura lúdica de forma ampla, oferecer segurança e liberdade para que as crianças explorem o ambiente natural. Tais espaços devem também despertar o desejo do encontro, de estar com os diferentes, de criar, de realizar tarefas motoras básicas, como correr, saltar, arremessar, subir, descer, quicar, rebater, etc., como também contato próximo com elementos da natureza, por exemplo, caminhar sobre troncos de árvores com diferentes alturas e espessuras, ter contato direto com a água, a terra, o sol, despertar as dimensões sensoriais, serem acessíveis para todos, e portanto, muito mais inovadores e criativos. Dessa forma, acreditamos que teríamos um equilíbrio maior na relação entre cidade, sujeito e natureza no meio urbano, pressuposto básico da racionalidade ambiental, defendida por LEFF (2007).

A partir dessas ações os parques infantis poderiam significar um contraponto às novas tecnologias, pois a ampliação das possibilidades de vivências lúdicas na infância pode ser uma ferramenta de grande importância para a educação ambiental, ao enriquecer e aperfeiçoar as experiências motoras e as relações sociais, a partir dos elementos próprios da cultura. Essencialmente compreendemos a potência dos parques públicos como um processo de intervenção urbana que possa ser pedagógica e que tem a cultura corporal do movimento como sua preocupação central e estratégia principal, para repensarmos o estilo de vida atual, se de fato almejamos uma sociedade mais sustentável.

Além disso, o corpo em movimento é também, e talvez fundamentalmente, um processo de educação estética, de educação das sensibilidades, o que pode permitir aos cidadãos urbanos desenvolverem o ato de observar, refletir, julgar e criticar a degradação ambiental a partir do corpo e do estabelecimento de novos olhares acerca da vida e da realidade. No entanto, Melo (2004) adverte que não devemos “negligenciar que há um claro processo de empobrecimento das sensibilidades, entendendo que isso tem relações com a redução da capacidade de pensar e de se posicionar criticamente.” (p.14)

Conscientes de que a sustentabilidade depende de diversos fatores e que o meio urbano é simultaneamente caótico e integrador, com suas relações objetivas e subjetivas,

acreditamos que um dos principais, mas de longe o único, mantenedor dessa possibilidade de ampliar o acervo ambiental e cultural de crianças e jovens, para que esses tenham uma vida longa e saudável, é o Estado, tendo em vista seu compromisso na tarefa de oferecer educação formal e não-formal.

De volta ao começo, permanece as questões:

Como relacionar, lazer, meio ambiente e infância? Como qualificar os espaços de lazer para a infância a partir do olhar ampliado sobre a cidade em que vivemos e suas relações com os bens materiais, simbólicos, arquitetônicos, educacionais, acessíveis, democráticos e ambientais? Os parques da cidade de Curitiba são adequados para as crianças e conseqüentemente para todos? Curitiba é ambientalmente correta em que perspectiva? É possível conectar conhecimentos das ciências sociais e naturais nos estudos e pesquisas sobre lazer e meio ambiente, um busca de respostas à complexidade do mundo atual?

Um caminho possível para elucidar tais questões seria pensar a cidade e sua arquitetura como produto e obra de uma prática social, historicamente determinada relacionada à satisfação das necessidades de reprodução social, da família, da sociedade e da força de trabalho (LEFEBVRE 1991). Uma discussão sobre um bom modelo de espaços públicos, não deve se prender a questões puramente estruturais. Permanecer neste terreno significa cair em, certos (des)encontros e perder de vista o caráter social, educacional e ambiental de um planejamento urbano. Em outras palavras, a produção das mediações devem representar as práticas e valores sociais de cada época e de cada demanda social.

O que representa uma “boa cidade”, um bom parque, um bom espaço infantil, ou um bom desenvolvimento humano e ambiental, para os arquitetos e gestores, não necessariamente é interpretado da mesma maneira pelos ambientalistas, educadores, pesquisadores e usuários. Muitas vezes, os usuários, sejam pessoas ou instituições, com necessidades, experiências e opiniões diferentes, sofrem as conseqüências dessas concepções, principalmente ao serem obrigados a conviver com soluções urbanas problemáticas em relação aos equívocos de projetos, embora possam ser, muitas vezes, considerados adequados pelos tecnocratas.

Vale ressaltar que uma cidade ambientalmente correta não se resume somente em espaços de habitação e de trabalho. Habitar, trabalhar e viver de forma sustentável implica em uma complexa rede de interações sociais e ambientais que integra as diferentes esferas de reprodução, pressupõe uma interação entre a ordem próxima e a ordem distante. Não há como separá-las. Segundo Lefebvre (1991, p. 47) “a ordem distante penetra e regula o espaço da vida cotidiana, ou seja, se projeta na realidade prático-sensível da ordem próxima”.

Com esse estudo foi possível realizar uma análise do alto e de cima e ao mesmo tempo de baixo e de perto, sobre os espaços destinados à infância inseridos nos parques públicos de Curitiba. A princípio, do alto e de cima, ao constatarmos que existem 33 parques, poderíamos rapidamente pensar que a cidade é ambientalmente correta, no entanto, de baixo e de perto e ao analisarmos qualitativamente seus equipamentos, constatamos que há necessidade de repensarmos o modelo adotado, se quisermos, de fato, garantir desde a infância até o envelhecimento os princípios da racionalidade ambiental apontados por Leff (2007), quais sejam, “(re)apropriação da natureza, (re)significação das identidades individuais e coletivas e valores do humanismo”.

Diante desse contexto, discutir os espaços de lazer significa questionar se a cidade que se deseja é sustentável e para todos. Essa problemática não pode mais permanecer restrita ao seleto grupo de arquitetos, urbanistas e planejadores, detentores do saber técnico. É um problema complexo que impõe discutir que cidade, que sociedade desejamos. Assim, um bom espaço de lazer para a infância deve presumir o direito à cidade, o direito a vida urbana, ao habitar em seu sentido amplo, em que seja dado aos cidadãos urbanos o direito a participar, interagir e se desenvolver durante todo o percurso da sua vida, e de forma sustentável.

Nossa intenção foi investigar como os espaços públicos, em diferentes contextos sociais, atendem às necessidades infantis de experimentar a dimensão lúdica de forma plena, e como podem potencializar a relação lazer e meio ambiente.

Mesmo que alguns autores⁹ venham demonstrando interesse em discutir as formas de apropriação dos espaços e equipamentos de lazer e suas relações com as políticas públicas, acredita-se que esse estudo pode trazer novas contribuições para pesquisas no campo do lazer, e a possibilidade de gerar dados que possam ser aplicáveis ao cotidiano das grandes cidades, devido às especificidades a que se propõem.

Os dados revelam que além do Brasil, várias cidades do mundo, têm problemas ambientais diversificados dependendo dos níveis de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, com referência a dimensão humana, seguem quase que o mesmo padrão, ou seja, o descuido total com tal dimensão e sua relação com a questão ambiental. Para GEHL, 2013, p.229,

“Enquanto o descuido quase extinguiu a vida urbana em alguns países desenvolvidos, a pressão de empreendimentos a empurrou para as mais adversas condições em muitos países com economias menos desenvolvidas. Nos dois casos, tornar viável a vida na cidade exigirá um cuidadoso trabalho com as condições para as pessoas caminharem, pedalarem e utilizarem o espaço público.

⁹ Tais como: Marcellino (1998), Bramante (1998), Mascarenhas (2005), Pacheco (2006), Stigger (2002), Amaral (2003) entre outros. Já no caso da realidade específica de Curitiba, temos Rechia (2003), França (2007), Cagnato (2007), Gonçalves (2008), Oliveira (2009), Gonzaga (2010), Tschoke (2010), entre outros.

Para o autor os pontos centrais para pesar a dimensão humana nas cidades são: “respeito pelas pessoas, dignidade, entusiasmo pela vida e pela cidade como lugar de encontro”, e aqui reforçamos a ideia que tudo isso deve iniciar-se na infância, se quisermos um mundo mais sustentável social e ambientalmente para todos.

Leff (2007), alerta que “A vida foi transtornada pela lógica do mercado e pelo poder tecnológico, levantando um problema ontológico, epistemológico e ético sem precedentes”. Para reverter esse processo, o ambientalista defende a tese de que “novas formas de significação do mundo, da vida e da natureza”, originam “um mundo onde caibam muitos mundos”. Também enfatiza que “a mudança nunca vem de cima, mas de baixo, quando há uma autêntica mobilização social”. Acreditamos que um bom exercício cidadão para a mobilização social, em prol da defesa ambiental, seja a apropriação dos espaços de lazer das cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BORJA, J. **La Ciudad Conquistada**. Madri: Alianza Editorial, 2005.

BROUGÈRE, G. A Criança e a Cultura Lúdica. In: KISHIMOTO T.M. (organizadora). **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

GALLAHUE, D.L., OZMUN, J.C. & GOODWAY, J.D. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 7. ed. McGraw-Hill, 2013.

GEHL, J. **Cidades para as Pessoas**. Tradução Anita Di Marco, São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMIDE, P. I. C. Crianças e Adolescentes em Frente à TV: o que e quanto assistem de televisão. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 19, n.30, p. 17-28, 2002.

HANCOX, R.J., MILNE, B.J. e POULTON, R (2004). Association between child and adolescent television viewing and adult health: a longitudinal birth cohort study. **Lancet** 364, p. 257-262.

IBGE. **Senso Demográfico Brasileiro**. 2001.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. POF 2009.

LEFEBVRE, H. **“O Direito à Cidade”**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Senac e educação ambiental, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1992. **Revista do SENAC. Educação Ambiental**. Ano 16. n.1.jan/abril. 2007. p.8.

LERNER.J. Prólogo. In: GEHL, J. **Cidades para as Pessoas**. Tradução Anita Di Marco, São Paulo: Perspectiva, 2013.

MELO, V. A; ALVES JÚNIOR, E. D. Animação Cultural: Conceitos. In: **Introdução ao Lazer**. São Paulo: Manole, 2003.

MELO, V. A. Animação Cultural. In: GOMES, C. L. (Org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORO, L. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná – Curitiba, Paraná, 2012.

MORO, L. RECHIA, S. STRESSER, T. **Conhecendo os parques públicos de Curitiba e seus espaços destinados as brincadeiras infantis: um panorama geral**. **Revista Pensar a Prática**. v.17, n.4. Belo Horizonte, 2014.

PNAD/IBGE. **Instituto sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE)**. 2009.

RECHIA, S. **Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária de Curitiba**. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2005.

_____. **Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado). UNICAMP, Campinas, 2003.

SAYRE, N. E. & GALLAGHER, J. D. **The Young Child and the Environment: Issues Related to Health, Nutrition, Safety, and Physical Activity**. Allyn and Bacon, 2000.

TONUCCI, F. **La ciudad de los niños: un modo nuevo de pensar la ciudad**. Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

TUAN Y. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Endereço para correspondência

Rua Manuel dos Santos da Silva, 171, sobrado b, São Lourenço. Curitiba, Paraná, CEP. 82200-212.

Email: simonerechia@hotmail.com
iverson@ufpr.br

Recebido em:
03/12/2014
Aprovado em:
05/12/2014